



GRUPO  
PARLAMENTAR

Partido Socialista  
AÇORES

Exma. Senhora  
Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores

Horta, 12 de fevereiro de 2019

**Assunto: Iniciativas legislativas – “Sustentabilidade ambiental”**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entrega à mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Vossa Excelência, para efeitos de admissão, as seguintes iniciativas na área da “sustentabilidade ambiental”:

- i. **Projeto de Decreto Legislativo Regional – “Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública”;**
- ii. **Projeto de Resolução – “Recomenda o estabelecimento de medidas com vista à redução do uso de embalagens e produtos em plástico na Região Autónoma dos Açores”;**
- iii. **Projeto de Resolução – “Recomenda o estabelecimento de medidas para a redução da produção de resíduos de embalagens e a utilização eficiente da água nos serviços da Administração Pública Regional e na Assembleia Legislativa”.**

Os Projetos acima elencados obedecem aos requisitos formais de apresentação previstos no artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta  
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email [gpps@alra.pt](mailto:gpps@alra.pt)  
[www.psacores.org](http://www.psacores.org) · [www.jsacores.org](http://www.jsacores.org)



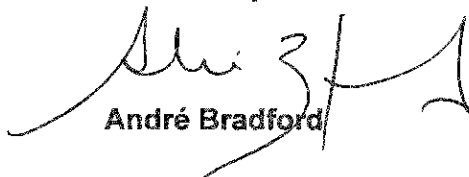
GRUPO  
PARLAMENTAR

Partido Socialista  
AÇORES

O primeiro signatário do Projeto, para efeitos de comunicação da decisão de admissão ou rejeição, é o mesmo que subscreve o presente ofício.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Grupo Parlamentar

  
André Bradford

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Título: <i>Projeto de Decreto Legislativo Regional</i>	
Ass. <i>Aprova o Programa de Eficiência</i>	
<i>Envio Licença na Administração Pública</i>	
Entrada n.º <i>28/XI</i>	<i>de 019/02/13</i>
Arquivo n.º <i>105</i>	O Responsável <i>Maria</i>
LEGISLAÇÃO	

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <i>0461</i>	Proc. n.º <i>105</i>
Data: <i>019/02/13</i>	N.º <i>28/XI</i>

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta

Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt

www.psacores.org · www.jsacores.org



*Handwritten signature and initials:*  
B.  
P.  
Luis  
#

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL**

### **Aprova o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública**

A eficiência energética é essencial à prossecução dos objetivos e compromissos da Região Autónoma dos Açores para a descarbonização da economia, devendo o setor público desempenhar um papel exemplar na sua implementação, incentivando a economia de mercado, em especial das empresas de serviços energéticos, e otimizando a sua atuação, através do combate ao desperdício e ao uso ineficiente de recursos públicos.

Considerando o quadro comum de medidas de eficiência energética da União Europeia, nomeadamente o papel exemplar dos organismos públicos, estabelecido pela Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, e transposto para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril;

Considerando a importância da transparência na Administração Pública e o escrutínio do seu desempenho energético, nomeadamente através da implementação da Resolução da Assembleia da República n.º 114/2010, 29 de outubro, que recomenda ao Governo a elaboração de legislação para a obrigatoriedade de divulgação da fatura energética da administração pública direta e indireta;

Considerando o Sistema de Certificação Energética de Edifícios (SCE), estabelecido pela Diretiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio, transposta para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/A, de 2 de fevereiro, que



GRUPO  
PARLAMENTAR

Partido Socialista  
AÇORES

*Handwritten signatures and initials, including 'B.', 'P.', 'Abund', and 'Luis'.*

estabelece os termos específicos de afixação do certificado SCE válido para as entidades públicas e o dever de pôr em prática as suas recomendações, bem como a necessidade dos novos edifícios apresentarem necessidades quase nulas de energia;

Considerando que o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, estabelece a estratégia nacional para a eficiência energética;

Considerando que o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro, e concretizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2012, de 9 de agosto, visa alcançar um nível de eficiência energética de 30% nos organismos e serviços da Administração Pública até 2020, através da melhoria da eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos, sem aumento da despesa pública e fomentando a atividade das empresas de serviços energéticos;

Considerando a importância do gestor local de energia, devidamente habilitado, com acesso facilitado à informação e real conhecimento das condições existentes no local, como elemento fundamental à prossecução dos objetivos do presente diploma;

Considerando a crescente importância de modelos inovadores de gestão energética que permitem às entidades públicas contratar economias de energia a empresas especialistas do setor, através de uma remuneração meritocrática que fomenta a economia de mercado;

Considerando que as especificidades de cada entidade afetam o mérito das medidas de eficiência energética a adotar e que estas devem ser analisadas de acordo com indicadores de desempenho energético próprios;



*[Handwritten signature and initials]*

Considerando que a eficiência energética na iluminação das vias públicas, pela sua especificidade técnica e atual modelo de gestão, diverge da eficiência energética na Administração Pública, carecendo de legislação própria;

Considerando, por isso, a atual descontextualização do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho, uma vez que não se enquadra nas políticas e boas práticas hoje preconizadas, procede-se à respetiva revogação;

**Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam o seguinte Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente diploma implementa na Região Autónoma dos Açores o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública – ECO.AP Açores, com vista à melhoria progressiva da eficiência energética nos serviços e organismos da Administração Pública Regional.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito subjetivo

Consideram-se abrangidos pelo presente diploma todos os serviços e organismos da Administração Pública Regional, bem como as empresas públicas, as universidades, as entidades públicas empresariais, as fundações



públicas, as associações públicas ou privadas com capital maioritariamente público.

### Artigo 3.º

#### Gestor local de energia

1. As entidades abrangidas pelo ECO.AP Açores devem, no prazo de 120 dias após a publicação do presente diploma, designar e promover a formação de um gestor local de energia (GLE), recurso humano com vínculo de emprego público, preferencialmente técnico superior, com acesso facilitado à informação e real conhecimento das condições existentes no local.

2. Compete ao Gestor Local de Energia o seguinte:

- a) Fomentar a literacia, a adoção de boas práticas e o acompanhamento da legislação na área da energia;
- b) Verificar e atualizar a informação dos consumos de energia e das características da entidade numa plataforma eletrónica específica, de acordo com o definido no artigo seguinte;
- c) Propor a realização de auditorias energéticas, que devem indicar as medidas de eficiência energética a adotar e sua viabilidade económica, evidenciando o seu mérito técnico e económico;
- d) Propor medidas de eficiência energética, de acordo com uma classificação que evidencie o seu mérito técnico e económico, que permitam o cumprimento da política energética da Região;
- e) Implementar e dinamizar a adoção de medidas de eficiência energética e monitorizar os respetivos resultados;
- f) Elaborar relatórios energéticos anuais dos quais constem as despesas com consumos de eletricidade, gasóleo, gás, fuelóleo ou outra fonte de energia,

*Handwritten signatures and initials:*  
- A circled signature at the top right.  
- The name "Alfunt" written below it.  
- The name "Juntas" written vertically to the left.  
- A large, stylized signature at the bottom right.



*(Handwritten signature)*  
*J. Quint*  
*João*  
*(Handwritten mark)*

associadas ao funcionamento do edifício, especificando o consumo em Kilowatts-hora, litro, quilogramas, metros cúbicos ou outra medida comumente utilizada e respetiva conversão em toneladas equivalentes de petróleo.

**Artigo 4.º**

**Publicação do desempenho energético**

As entidades abrangidas pelo ECO.AP Açores devem, através do seu gestor local de energia:

- a) Disponibilizar os consumos energéticos e relatórios energéticos anuais em plataforma eletrónica específica, a definir por Portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de energia, que permita a divulgação do seu desempenho energético;
- b) Partilhar com a direção regional com competência em matéria de energia a informação, com os requisitos a definir por Portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de energia, que contemple, nomeadamente, o seguinte:
  - i) Entidade e área de atuação;
  - ii) Localização e características técnicas de equipamentos e construção dos edifícios;
  - iii) Funcionamento, particularmente horários de funcionamento e perfis de utilização;
  - iv) Consumos energéticos;
  - v) Medidas de eficiência energética implementadas e respetivos resultados;



*(Handwritten signatures and initials)*

vi) Medidas de eficiência energética propostas e resultados esperados, bem como, o seu mérito técnico e económico.

#### Artigo 5.º

#### Medidas de eficiência energética

As entidades abrangidas pelo ECO.AP Açores devem adotar as medidas de eficiência energética referidas no ponto vi) da alínea b) do artigo anterior, de acordo com uma ordenação que evidencie o seu mérito técnico e económico, conforme definido pela Portaria referida na alínea b) do artigo anterior, e de forma a cumprir com a política energética da Região.

#### Artigo 6.º

#### Competência orgânicas

1. Compete à direção regional com competência em matéria de energia acompanhar e promover a implementação do ECO.AP Açores e elaborar e divulgar um relatório anual que evidencie os resultados, a avaliação e a evolução do impacto global das medidas de eficiência energéticas adotadas na administração pública.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a direção regional com competência em matéria de energia é responsável:

a) pela formação dos gestores locais de energia, pela divulgação e sensibilização de possíveis medidas de eficiência energética a adotar;

b) pela definição da plataforma eletrónica referida na alínea a) do artigo 4.º e dos requisitos de informação identificados na alínea b) do artigo 4.º.





Artigo 7.º  
Norma revogatória

É revogado o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho.

Artigo 8.º  
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Horta, 12 de fevereiro de 2019

Os Deputados,

Handwritten signatures of the deputies, including names like Maria Isabel Ros Quinto, Inês Mal, and André Rodrigues.